



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

PRÁTICAS DOCENTES E SILENCIAMENTO: Reflexões sobre o lugar da escuta e o discurso na Educação Infantil

ANATALIA O. DE SOUZA ¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

MARILETE CALEGARI CARDOSO²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Resumo

Este trabalho propõe reflexões sobre as práticas de silenciamento³ na Educação Infantil, analisando-as a partir das ações, discursos e escolhas pedagógicas dos docentes. Ancorado em perspectivas teóricas da Análise do Discurso e do dialogismo, especialmente nas contribuições de Orlandi (2015) e Brait (2012), parte-se da compreensão da linguagem como instância política e de poder, na qual a atuação docente contribui para a produção e regulação de sentidos no espaço escolar. O objetivo é investigar como as práticas pedagógicas, por vezes naturalizadas, podem operar como mecanismos de silenciamento, impactando as interações e limitando a pluralidade discursiva no ambiente educativo. Utilizando abordagem qualitativa e teórico-analítica, o estudo articula discurso, poder, escuta, subjetividade e ética profissional, provocando uma reflexão sobre o papel do professor como mediador de sentidos e agente de transformação social. Conclui-se que a escuta ativa, quando assumida como eixo estruturante da prática docente, constitui-se em estratégia de resistência à normatização e à reprodução de hierarquias simbólicas.

Palavras-chave: Práticas docentes. Discurso. Silenciamento.

Introdução

A Educação Infantil representa um espaço privilegiado de formação de sentidos e de mediação social, no qual os docentes desempenham papel central na construção das experiências e interações que atravessam o cotidiano escolar. Nesse cenário, determinadas práticas pedagógicas, como a imposição de silêncio, a regulação rígida da fala ou a substituição do diálogo por procedimentos de controle, têm se tornado comuns, configurando-se como estratégias de silenciamento que orientam a dinâmica das relações na instituição.

¹ Mestranda em educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação- PPGEd na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, graduada em Pedagogia, pela mesma universidade, bolsista CAPES. E-mail: oliveiraanatalia356@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia/UFBA. Docente do departamento de Ciências Humanas e Letras -DCHL/UESB Jequié. E-mail: marilete.cardoso@uesb.edu.br

³ Adotamos aqui o termo “práticas de silenciamento” para nos referir a comportamentos limitadores, que podem acabar privando as linguagens e interações na sala de aula.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

O silenciamento, neste estudo, é compreendido como um processo discursivo que, ao ser exercido pelo professor de forma consciente ou não, restringe a circulação de vozes e sentidos, favorecendo uma lógica de controle e homogeneização. Mais do que ausência de fala, trata-se de um mecanismo simbólico que regula o que pode ou não ser expresso, moldando o espaço educativo segundo determinadas normas e expectativas institucionais.

Assim, a presente discussão, vinculada à pesquisa de mestrado “O lugar da escuta na prática docente: investigando o silenciamento na Educação Infantil”, busca compreender como a atuação pedagógica se articula com práticas discursivas que limitam a expressão e a multiplicidade de vozes no contexto escolar. Parte-se do pressuposto de que a escuta, quando reduzida a um protocolo formal, perde seu potencial de transformação e reforça estruturas hierárquicas.

Para o desenvolvimento desta discussão, utilizou-se uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, fundamentada na Análise do Discurso de orientação francesa e no dialogismo bakhtiniano, com ênfase nas contribuições de Orlandi (2015) e Brait (2012). A escrita do artigo resultou de revisão bibliográfica e análise crítica das concepções teóricas que relacionam discurso, poder e práticas docentes, articulando-as com reflexões derivadas da experiência e observação em contextos de Educação Infantil. Essa metodologia buscou não apenas descrever práticas, mas interpretá-las à luz de uma perspectiva crítica, conectando teoria e realidade profissional.

Além da articulação com autores como Freire (2019), Kohan (2010) e Kishimoto (2011), que contribuem para pensar a dimensão ética e política da prática pedagógica. A partir disso, pode-se reconhecer a escuta como eixo central do trabalho docente, que implica romper com o automatismo das rotinas e adotar uma postura reflexiva e crítica diante da própria atuação profissional.

Este trabalho propõe, portanto, uma análise das práticas docentes que, mesmo naturalizadas e institucionalizadas, operam como formas de silenciamento simbólico e discursivo. Busca-se identificar como essas ações se materializam no cotidiano escolar, refletir sobre seus impactos no ambiente de aprendizagem e apontar caminhos para que a escuta seja efetivamente incorporada como prática ética e transformadora.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

O texto está organizado em cinco seções. Na primeira, apresenta-se a introdução, contextualizando o tema e explicitando objetivos, metodologia e estrutura do trabalho. A segunda seção aborda a relação entre silenciamento e discurso na prática docente, destacando fundamentos teóricos que sustentam a análise. A terceira examina o espaço da fala e da escuta na Educação Infantil, sob a ótica das escolhas e posturas docentes. A quarta discute práticas concretas de silenciamento legitimadas como organização ou disciplina, problematizando seu uso e seus efeitos. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, apontando caminhos para a construção de uma pedagogia centrada na escuta e na pluralidade de vozes.

A relação entre o silenciamento e o discurso na prática docente

A discussão proposta ancora-se na Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, conforme Orlandi (2015), e no conceito de dialogismo de Bakhtin, aprofundado por Brait (2012). Esses referenciais permitem compreender a atuação docente para além da dimensão técnica, evidenciando-a como prática social permeada por relações de poder, disputas ideológicas e condições históricas que moldam os sentidos produzidos no ambiente escolar.

A partir disso, nossa discussão nos permite deslocar o olhar sobre a atuação docente para além de uma perspectiva meramente técnica ou instrumental, evidenciando-a como uma prática social complexa, situada em um campo de disputas simbólicas e ideológicas.

Dessa forma, podemos destacar que a docência se revela imersa em condições históricas específicas, onde os sentidos produzidos e compartilhados no ambiente escolar são constantemente tensionados e reconstruídos a partir das relações de poder que atravessam esse espaço. Assim, compreender a atuação docente por essa lente crítica implica reconhecer as implicações políticas e sociais do trabalho pedagógico, bem como as possibilidades de resistência e transformação que emergem dessas interações discursivas.

No contexto da Educação Infantil, a linguagem exercida pelos professores não se reduz ao conteúdo verbal transmitido, mas se manifesta também nos gestos, na organização do tempo, na gestão dos espaços e nas formas de escuta ou ausência dela. Como destaca Orlandi (2015), o discurso é o lugar de constituição de sentidos e de sujeitos, sendo atravessado por ideologias e silêncios. Assim, quando o professor regula ou limita



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

determinadas manifestações, está não apenas organizando a rotina, mas também legitimando ou interditando sentidos possíveis dentro da instituição.

O silenciamento, nesse sentido, não é acidental ou meramente disciplinar, trata-se de um efeito discursivo que opera de forma estratégica, reproduzindo hierarquias simbólicas. Essa dinâmica ganha força em práticas docentes que privilegiam uma “linguagem legítima”, mais próxima das expectativas institucionais, em detrimento de outras formas de expressão, frequentemente vistas como inadequadas ou periféricas.

Sob a ótica do dialogismo, tal como desenvolvido por Bakhtin e retomado por Brait (2012), todo enunciado pressupõe uma relação com o outro. Na prática docente, isso significa que a escuta e a abertura para a diversidade de vozes são condições fundamentais para que o diálogo aconteça de maneira ética e efetiva. Quando essa escuta se torna seletiva ou meramente protocolar, o espaço de interlocução se esvazia e a relação pedagógica se aproxima de um modelo autoritário.

Assim, compreender o silenciamento na perspectiva docente implica reconhecer que ele se materializa tanto em ações explícitas, como impedir uma fala, interromper uma intervenção ou impor momentos prolongados de silêncio, quanto em mecanismos sutis, como a não valorização de contribuições que escapam aos padrões formais ou à expectativa curricular. Esses processos não apenas regulam a interação no momento presente, mas também moldam a cultura institucional e o papel que a docência assume na produção de sentidos no espaço escolar.

Reconhecer-se como agente discursivo e político é, portanto, um passo fundamental para que o professor possa analisar criticamente sua própria prática e identificar os mecanismos de silenciamento que, muitas vezes, se perpetuam de forma inconsciente. Trata-se de um exercício de reflexividade profissional, no qual a escuta se apresenta como gesto de resistência à homogeneização e como caminho para a construção de relações pedagógicas mais horizontais e significativas.

Ao assumir sua posição como sujeito produtor de sentidos e portador de poder no espaço escolar, o professor passa a questionar as práticas que naturalizam o silêncio e excluem vozes diversas. Esse processo reflexivo não apenas favorece a desconstrução de atitudes repetitivas e automatizadas, mas também abre caminho para o fortalecimento de uma



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

escuta ativa e empática, capaz de valorizar as múltiplas experiências e expressões das crianças.

Nesse movimento, a docência se transforma em um espaço de diálogo genuíno, onde a escuta crítica atua como instrumento de resistência às imposições hierárquicas, contribuindo para a construção de ambientes educativos mais inclusivos, democráticos e comprometidos com o reconhecimento da alteridade infantil⁴. Assim, o exercício da escuta torna-se uma prática política e ética, fundamental para a promoção de uma educação que respeita a potência e a diversidade de vozes e saberes.

A quem é dedicada a fala e o espaço da escuta na prática docente?

Nossa discussão evidencia que, na Educação Infantil, as práticas docentes são atravessadas por discursos normativos que, muitas vezes, reforçam a centralidade da voz adulta e a supremacia de um modelo de linguagem legitimado institucionalmente. Ao assumir o papel de regulador das interações, o professor decide, de forma consciente ou não, quais vozes terão espaço e quais serão relegadas à invisibilidade. Essa atuação, ainda que naturalizada no cotidiano escolar, opera como um dispositivo de poder simbólico.

Nesse contexto, o professor não atua apenas como transmissor de conteúdos, mas como agente que medeia e hierarquiza as vozes presentes na sala de aula, configurando um espaço onde certas falas ganham legitimidade enquanto outras são silenciadas ou desvalorizadas.

Esse exercício de seleção e controle, mesmo que muitas vezes inconsciente, reflete e reforça as estruturas de poder e as normas sociais vigentes, influenciando diretamente as dinâmicas de participação e pertencimento dos alunos. Assim, a escola torna-se um campo de disputa discursiva, no qual o poder simbólico circula por meio das práticas docentes que definem quem pode falar, como deve falar e em quais circunstâncias, impactando a construção das identidades e das relações sociais no ambiente educativo. Reconhecer essa dimensão é essencial para problematizar as formas de exclusão e abrir possibilidades para

⁴ É o reconhecimento da criança como um sujeito único e distinto, com sua própria individualidade, experiências, valores e modos de ser, que divergem da perspectiva adulta.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

uma prática pedagógica que valorize a diversidade de vozes e fomente a participação crítica e democrática.

A organização do tempo e do espaço, a definição de rotinas, a escolha dos conteúdos e a condução das interações são dimensões diretamente influenciadas pela postura do docente. Práticas que aparentam neutralidade podem funcionar como mecanismos de violência simbólica, impondo significados e sentidos sem que essa imposição seja percebida como tal (Bourdieu, 1989). Na prática pedagógica, isso se manifesta quando a escuta se restringe ao que se enquadra em padrões previamente estabelecidos, desconsiderando a multiplicidade discursiva presente no ambiente escolar.

Essa imposição velada, muitas vezes imperceptível, legitima hierarquias e normas que naturalizam a exclusão de vozes divergentes ou marginalizadas, consolidando um ambiente educacional marcado pela homogeneização das expressões e pela supressão de perspectivas alternativas. Ao restringir a escuta a determinados discursos considerados “adequados” ou “corretos”, a prática pedagógica contribui para a reprodução de desigualdades simbólicas, limitando a possibilidade dos alunos se reconhecerem e se posicionarem plenamente enquanto sujeitos de fala e expressão.

Assim, a violência simbólica se infiltra no cotidiano escolar, moldando subjetividades e restringindo o potencial emancipatório da educação. Para romper com esse ciclo, é fundamental que os educadores desenvolvam uma escuta sensível e crítica, capaz de acolher a diversidade de vozes e significados, promovendo uma experiência educativa verdadeiramente plural.

Ao adotar uma perspectiva autoritária ou excessivamente diretiva, o professor corre o risco de reduzir a escuta a um ato formal, esvaziado de abertura real para o diálogo. Como aponta Orlandi (2015), o discurso educacional é carregado de marcas ideológicas e institucionais, e o lugar ocupado pelo docente nesse discurso é decisivo para a configuração das interações.

Paulo Freire (2019) também já alertou para os riscos da “educação bancária”, na qual o educador deposita conteúdos sem estabelecer uma relação dialógica genuína. No contexto da Educação Infantil, tal modelo se manifesta quando a mediação docente privilegia o



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

cumprimento de tarefas ou a manutenção da ordem em detrimento da construção compartilhada de sentidos.

Essa abordagem, ao priorizar a transmissão unilateral do conhecimento e o controle rígido das crianças, compromete a possibilidade de um aprendizado significativo, baseado na escuta ativa e no reconhecimento da experiência infantil como fonte legítima de saber. Na Educação Infantil, a hipótese é que isso pode resultar em práticas que limitam a autonomia, a criatividade e o protagonismo das crianças, reduzindo-as a meras receptoras passivas das orientações do professor.

Em contrapartida, uma mediação pedagógica que valorize o diálogo e a interação espontânea favorece a construção coletiva do conhecimento, fortalecendo vínculos afetivos e promovendo um ambiente onde as crianças se sentem reconhecidas e motivadas a expressar suas vozes. Assim, superar o modelo da “educação bancária” implica repensar a função do educador como facilitador de processos participativos, onde o aprender é uma experiência compartilhada e enriquecedora para todos os envolvidos.

A escuta, nesse cenário, não deve ser entendida como um momento isolado, mas como um eixo estruturante da postura profissional. Ela demanda do professor um deslocamento de lugar, deixar de ser o centro absoluto do discurso para tornar-se mediador e coautor das interações. Rajagopalan (2003) reforça que o diálogo exige abertura efetiva ao outro, e isso, no campo pedagógico, significa reconhecer que a pluralidade de vozes não ameaça a autoridade docente, mas a enriquece.

Nesse sentido, o papel do docente transcende a simples transmissão de saberes, exigindo uma postura de escuta ativa e receptividade verdadeira às múltiplas vozes presentes na sala de aula. Por isso, dando mais ênfase, Rajagopalan (2003) enfatiza que o diálogo autêntico requer do professor a disposição de se abrir, reconhecendo que essa pluralidade fortalece, ao promover um ambiente de aprendizagem mais democrático. E essa abertura implica superar práticas autoritárias e controladoras, assumindo o desafio de mediar conflitos, valorizar diferentes perspectivas e construir coletivamente o conhecimento. Ao fazer isso, o professor se posiciona como agente transformador, capaz de fomentar relações pedagógicas baseadas na cooperação e no respeito mútuo, fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

A incorporação de práticas de escuta atenta e intencional transforma a docência em um exercício ético e político, rompendo com a lógica da homogeneização. Ao assumir a escuta como princípio, o professor se afasta da pedagogia do silêncio e aproxima-se de uma pedagogia da convivência, em que o encontro de vozes e perspectivas se torna motor de aprendizagem e construção coletiva.

Práticas docentes e mecanismos legitimados de silenciamento

As práticas de silenciamento presentes na Educação Infantil não emergem de forma espontânea, elas são fruto de escolhas, estratégias e hábitos consolidados no fazer docente. Muitas dessas ações se apresentam revestidas de um discurso de organização e disciplina, legitimando-se institucionalmente e sendo incorporadas como parte natural da rotina escolar. Por isso, neste tópico serão mencionados brevemente e de maneira superficial, apenas a título de exemplo, algumas dessas práticas observadas e naturalizadas no ambiente educacional.

Entre os mecanismos mais comuns, destacam-se a utilização de aparelhos eletrônicos, como televisores, tablets e celulares, com a finalidade de “acalmar” ou “controlar” o grupo. E embora tais recursos possam ter usos pedagógicos legítimos, quando empregados para reduzir interações ou suprimir manifestações espontâneas, transformam-se em instrumentos de silenciamento. Nesse contexto, o professor assume um papel ativo na regulação da comunicação, optando por substituir a mediação humana pela mediação tecnológica.

Outra estratégia recorrente é a adoção de punições como o chamado “cantinho do pensamento” ou a retirada de momentos de recreação. Essas práticas, amplamente naturalizadas, têm como base a interrupção da participação e a restrição de espaços de circulação de sentidos. Ao aplicá-las, o docente exerce sua autoridade não apenas sobre comportamentos considerados inadequados, mas também sobre as possibilidades de expressão e participação no ambiente escolar.

A rigidez na condução das atividades e o controle excessivo sobre o tempo de fala também configuram formas de silenciamento, muitas vezes invisíveis para quem as aplica. Orientações para permanecer “quieto” durante o lanche, a interrupção frequente de tentativas de fala e a limitação de respostas a formatos pré-definidos ou esperados revelam uma



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

concepção de gestão da sala que prioriza o controle, a centralidade adulta e a rotinização sobre a escuta, a participação e a livre expressão espontânea.

Sob a ótica da Análise do Discurso, tais ações não são neutras, mas carregam marcas ideológicas e refletem um projeto educativo no qual a voz docente é central e predominante. Nesse sentido, a decisão de quando e como permitir a expressão é, simultaneamente, uma decisão sobre quais sentidos terão espaço no contexto escolar.

Para transformar esse cenário, é necessário que os professores assumam uma postura reflexiva sobre suas escolhas pedagógicas, interrogando as práticas que perpetuam a homogeneização e restringem a diversidade de vozes. O reconhecimento desses mecanismos como parte de um processo discursivo mais amplo é o primeiro passo para substituí-los por estratégias que promovam diálogo, coautoria e participação efetiva.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que o silenciamento na Educação Infantil é fortemente condicionado pelas práticas e posturas adotadas pelos docentes. Ao atuar como mediadores do discurso no espaço escolar, os professores exercem influência decisiva sobre a circulação de sentidos e a configuração das interações, podendo tanto ampliar quanto restringir a pluralidade de vozes.

As ações que se consolidam como parte da rotina, desde a condução das atividades até a escolha dos recursos e a gestão do tempo de fala, carregam implicações simbólicas e políticas. Muitas dessas práticas, ainda que apresentadas como medidas de organização ou disciplina, funcionam como mecanismos de exclusão discursiva. A compreensão de que a autoridade docente pode ser exercida sem recorrer à homogeneização e ao silenciamento é fundamental para o desenvolvimento de uma pedagogia mais democrática e ética.

Assumir a escuta como eixo estruturante da prática profissional requer um deslocamento de perspectiva. Na qual o professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos para se tornar mediador de experiências e coautor de significados. Esse reposicionamento não implica abrir mão da gestão da sala, mas reconhecer que a convivência com a diversidade de vozes é elemento essencial para a construção de um ambiente educativo vivo, dialógico e inclusivo.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Nesse sentido, a formação docente deve contemplar não apenas o domínio de conteúdos e metodologias, mas também o exercício constante da autorreflexão e da análise crítica das próprias práticas. Questionar os gestos, discursos e decisões que conduzem o cotidiano escolar é um compromisso ético que permite ao professor identificar e transformar mecanismos de silenciamento enraizados em sua atuação.

Ao resistir à reprodução de padrões autoritários e adultocêntricos⁵, o professor contribui para a construção de um espaço educativo que valoriza a expressão, a negociação de sentidos e a participação efetiva de todos os sujeitos. Assim, a docência se afirma não como mera execução de rotinas institucionais, mas como prática política capaz de reconfigurar as relações no interior da escola, promovendo uma cultura de escuta que fortalece a educação como processo emancipador.

Referências

BRAIT, B. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 7-18, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2011.

KOHAN, W. O. **Infâncias: entre o silêncio e a escuta**. Petrópolis: Vozes, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 14. ed. Campinas: Pontes, 2015.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma crítica da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

⁵ O adultocentrismo é uma visão de mundo que prioriza os adultos em detrimento das crianças e adolescentes, considerando-os como inferiores em termos de direitos, conhecimentos e autonomia